Jornal da apubh
Informativo da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Ano 3 - Nº 6 - Junho de 2006

Diretoria Assume e Renova Compromissos



Pagamento de reajuste
somente com medida provisória
Página 3

Os 50 anos de
Grande Sertão: Veredas
Página 8

Nossos desafios em tempos de crise

Ao iniciar nossa gestão à frente da Apubh para o biênio 2006-2008, reconhecemos os muitos desafios a enfrentar. Por isso, agradecemos o voto de confiança em nossa diretoria.

2006 é um ano eleitoral bastante atípico. As diversas denúncias de corrupção que envolvem tanto o Executivo quanto o Legislativo levam a disputa política para um segundo plano. Isso é danoso para o país, pois todos clamam por propostas concretas que possam levar à tão sonhada justiça social.

A situação política brasileira prejudicou bastante o debate de temas de grande interesse da sociedade, como as reformas política, eleitoral e do ensino superior, a política de cotas nas universidades e, principalmente, os reajustes para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes.



Entretanto, a lentidão no debate de alguns desses temas não pode ser atribuída única e exclusivamente ao atual conturbado momento político. A demora na aprovação do projeto de lei que concede a reposição da inflação de 2004 aos salários dos docentes, deve-se, em grande parte, à indefinição da área econômica do Governo Federal sobre o montante disponível para as negociações.

A negociação com os docentes do ensino superior arrastou-se por mais de um ano. Fosse o governo mais assertivo, o reajuste poderia ter ocorrido em meados de 2005. Mas, por trás disso, esconde-se uma política praticada e não divulgada de concessão de reajustes aos trabalhadores do serviço público federal apenas a cada dois anos.

Tal prática confirma-se com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 que, no §2º do Artigo 94, limita para até 31 de julho deste ano o prazo para as negociações com estes trabalhadores. Isso significa que só terão direito a reajustes ou reestruturações de carreiras em 2007 as categorias que tiverem negociado e enviado um projeto de lei ao Congresso Nacional até essa data.

Sabemos que negociar com o atual governo nesse curto período de tempo é impossível. Assim, sem luta, só teremos reajustes em 2008. De nada adiantarão as discussões sobre a carreira no Grupo de Trabalho do MEC, iniciadas em abril último, se não conseguirmos mudar este ponto da LDO 2007.

O nosso empenho se dá atualmente junto aos deputados federais para que essa mudança ocorra e não haja o veto do Presidente da República. Para isso, precisamos nos mobilizar. Um ano eleitoral não pode ser esquecido. É preciso cobrar dos candidatos uma política em defesa da Educação, de salários dignos para os docentes e da democratização do ensino superior. Contamos com os colegas para engrossar nossas fileiras nessa luta.

Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH
Rua Arthur Itabiarano 70, São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1302 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br
Presidente: Robson Mendes Matos **1ª Vice-presidente:** Giovane Azevedo **2ª Vice-presidente:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues **1ª Secretária:** Irmgard de Assis **2ª Secretário:** José Lopes Siqueira Neto **1ª Tesoureiro:** José Eduardo Borges Moreira **2ª Tesoureiro:** Armando Gil Magalhães Neves **1ª Suplente:** Bruno Rabelo Versiani **2ª Suplente:** Débora Torres Mendes **- Departamentos – Política Educacional:** Paulo Roberto Antunes Aranha, Flavio Orlando Plentz Filho,Geová José Madeira, Adriana Campos e José Luiz Borges Horta **Política de Ciência:** Ione Maria Ferreira Oliveira e Janetti Nogueira de Francisch **- Política de Ensino:** Myriam Tavares Pereira, Cleber Paulo Verdolin, Ivana Versiani **Política Cultural:** Fernando Antônio de Melo LIMOEIRO **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco e Maria Aparecida Moura **Hospital Universitário:** Rosangela Carrusca, Mauro Ivan Salgado, Maria Aparecida Martins e Itamar Tatuhy Sardinha Pinto **Política Sindical:** Eglea Maria Cunha Melo e Paulo Marcos Ferreira .

Jornal da APUBH
Comissão Editorial: Robson Mendes Matos, Otávia Fernandes Souza Rodrigues, José Lopes de Siqueira Neto, José Eduardo Borges Moreira, Dalmir Francisco, Fernando Antonio de Melo. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-4469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Almeida RP MG 02697 JP/InterComunicação – 31-3223-0736 – intercom.bh@terra.com.br
Projeto gráfico: Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes. **Editoração e ilustrações:** Daniel Gomes

MP garante reajuste, mas carreira está indefinida

Apesar da MP para reajuste em 2006, a LDO 2007 comprometeu carreira ao encurtar prazo para envio de proposta para o Legislativo

O reajuste dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes, definido em negociações com o Governo Federal no ano passado e expresso no Projeto de Lei 6368, de dezembro de 2005, somente pôde ser viabilizado pela Medida Provisória 295.

A edição da MP foi uma reivindicação das entidades representantes dos



Zé Du

docentes das Ifes, apresentada como um último recurso para viabilizar o pagamento do reajuste, pois, em ano eleitoral, 30 de junho é a data limite para a concessão de benefícios para os servidores públicos federais.

A MP garante os reajustes no incentivo à titulação para os professores do Ensino Superior, retroativo a 1º de janeiro, e no vencimento básico dos professores do ensino básico, retroativo a 1º de fevereiro. Além disso, a medida garante para os professores do ensino superior, a criação da classe de professor associado, a partir de 1º de maio, e o aumento no percentual da GED dos aposentados antes de 2000, em 1º de julho. Para os professores do ensino básico foi instituída a transformação de professor titular em professor associado.

Lentidão - Os seis meses em que o PL ficou parado dentro do Congresso Nacional se deram pelo processo de crise entre governo e oposição, por obstruções da pauta de votação, pela ênfase nas CPI e pelo atraso na aprovação do Orçamento Geral da União de 2007, num quadro ainda atual, que tem o ano eleitoral como pano de fundo.

A preocupação dos docentes com o atraso na votação do PL foi manifestada pela primeira vez no dia 5 de maio pelo presidente da Apubh, Robson Matos, e pelo Tesoureiro Geral da Associação dos Professores da UFV, Adriel de Oliveira, ao ministro-chefe da Secretaria da Presidência da República, Luis Dulci.

No dia 10 de maio, uma manifestação em Brasília, convocada pelo Fórum dos Professores das Ifes – Proifes, reuniu docentes de Goiás, Mato Grosso do Sul, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e São Carlos – São Paulo. Em audiência na Câmara dos Deputados, solicitaram ao presidente



Robson Matos

da casa, Aldo Rebelo, urgência na votação do PL. Em outra audiência, dessa vez no MEC, reivindicaram ao secretário executivo adjunto da pasta, André Lázaro, o envio de PL com o reajuste para os professores do ensino médio e a edição de uma MP para aprovação dos dois projetos.

Em outro encontro com o ministro-chefe da Secretaria da Presidência da República, Luis Dulci, no dia 26 de maio, em Belo Horizonte, o presidente da Apubh, Robson Matos expôs o alto grau de insatisfação dos professores com o atraso no pagamento do reajuste e a real possibilidade de decretação de greve em Assembléia marcada para o dia 5 de junho na UFMG. Na ocasião, o ministro Dulci se mostrou sensível ao problema e garantiu levá-lo à ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, o que acabou por contribuir pela publicação da MP.

Carreira – Agora, além do reajuste dos professores federais do ensino básico, a preocupação volta-se para a real possibilidade de comprometimento da reestruturação da carreira, a partir de janeiro de 2007, por causa do § 2º do Artigo 94 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007.

Ao contrário dos anos anteriores, a medida estabeleceu 31 de julho como prazo final para o envio de projetos de lei ao Congresso, a fim de alterações de estrutura de carreiras e outros benefícios para os servidores públicos federais, serem aprovadas, ainda em 2006, para vigorarem no próximo ano.

O conflito está no acordo com o Governo Federal, que definiu outubro como limite para a conclusão dos estudos do Grupo de Trabalho criado pelo MEC para reestruturar a carreira dos professores das Ifes.



Zé Du

Posse da **nova diretoria renova** compromissos

Ao tomar posse para 2006-2008, diretoria da Apubh mostra resultados anteriores e reafirma empenho nas questões específicas dos professores



Célio Apolinário

Vice-reitora da UFMG, Heloisa Starling discursa na solenidade de posse



Célio Apolinário

Robson Matos, Presidente da Apubh

Os discursos proferidos na solenidade de posse da Diretoria Executiva da Apubh, na noite de 20 de abril, no auditório da Reitoria da UFMG, refletiram o êxito das ações adotadas na gestão 2004-2006.

- A eleição foi desgastante, envolvida por críticas infundadas à diretoria, mas a vitória mostrou o reconhecimento do nosso trabalho, disse o presidente reeleito, Robson Mendes Matos. Ele destacou ainda questões nacionais que tiveram participação direta da diretoria da associação nos últimos dois anos, como a Reforma do Ensino Superior.

Robson Matos disse ser preciso avançar ainda mais no financiamento das Ifes dentro desta reforma, enviada ao Congresso. "A luta agora deverá ser junto aos parlamentares para aperfeiçoarmos o projeto. Para tanto, precisaremos da participação de todos os professores da UFMG".

Referência nacional

O ex-1º vice-presidente da Apubh, Bruno Versiani, destacou que as atividades da associação de 2004 a 2006 se pautaram pelas lutas salariais, discussões e propostas sobre a carreira e defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. "Agora, buscaremos um norte e novas formas de organização".

Enquanto o 1º vice-presidente, Giovane Azevedo, apresentou os resultados financeiros da gestão anterior e os investimentos feitos na associação, a primeira secretária, Imgard de Assis, destacou o êxito de uma gestão coletiva e afirmou que dessa forma a diretoria levou à frente o programa traçado para gerir a entidade.

Projetos comuns

A vice-reitora da UFMG, Heloisa Starling, ressaltou que a Reitoria e a Apubh têm muitos projetos comuns e certamente estarão juntas em ações de defesa da Universidade. Ela destacou ainda que acompanha a Apubh desde a sua graduação e que assistiu ao processo de crescimento da entidade. Por isso, deve muito a Apubh o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

- A Apubh trás para nós a possibilidade da esperança e do sonho, disse a vice-reitoria da UFMG. Ao concluir seu discurso, citou trecho da letra da música "Clube da Esquina nº 2", de Lô Borges e Milton Nascimento – "Porque se chamavam homens, também se chamavam sonho, e sonhos não envelhecem".

Estiveram ainda presentes à posse o deputado estadual pelo PT, André Quintão, o diretor do Proifes, Bruno Amorim; o professor Carlos Magno Machado, representante do vereador Tarcísio Caixeta, e Aldanny Resende, representante do deputado federal Sérgio Miranda.

Candidatos opinam sobre a eleição

Os dois candidatos que disputaram a presidência da Apubh falam sobre o processo de 2006

O resultado final da eleição à presidência da Apubh foi plenamente aprovado pelos dois candidatos – Robson Mendes Matos, da Chapa 1 "Atitude", e João Maurício de Figueiredo Neto, da Chapa 2 "Repensar: Novos Desafios", apesar de discordâncias em relação a alguns aspectos do pleito.

João Maurício classificou como democrático e válido o movimento em torno do processo, mas ressaltou que a eleição tanto mostrou uma divisão entre os professores, quanto permitiu constatar que hoje nenhuma diretoria tem carta branca para agir em nome dos docentes.

Ele considerou o processo curto e disse que os votos nulos não mostraram descontentamento em relação a qualquer uma das chapas. "Houve uma falta de orientação para os mesários, pois, em muitos casos, faltaram as duas assinaturas necessárias para se validar os votos".

Em sua opinião a Apubh errou ao contratar um advogado especificamente para acompanhar a eleição, pois já possui um departamento jurídico. "O advogado contratado não explicitou a questão dos votos nulos para os mesários, o que redundou num resultado inadequado. O número de votos nulos foi maior do que o de outras eleições, que não tiveram presença de assessoria jurídica".

Aprovação - Para o presidente eleito da Apubh, Robson Matos, os mais de 60% dos votos válidos dados para a Chapa Atitude expressaram a aprovação dos trabalhos do último mandato e também mostraram a grande aceitação das propostas de campanha. Segundo ele, o processo foi democrático e cumpriu todas as exigências estatutárias. "A oposição reclamou do prazo para inscrição e composição de chapa, mas começou a se articular seis meses antes".

- Devemos partir da premissa de que são inevitáveis falhas, principalmente humanas. E foi o que acarretou o grande número de votos nulos, pois, mesmo com muita orientação, os mesários se esqueceram de assinar 71 cédulas, disse Robson Matos.

Ele lembra que, em reunião ocorrida antes da apuração entre os candidatos a presidente das duas chapas e a Junta Eleitoral, partiu de João Maurício a proposta para que esse tipo de voto fosse anulado. "Concordamos, após muita relutância, desde que esses votos não fossem apurados, pois esta situação poderia levar a uma falsa projeção de resultados, com os votos nulos computados para qualquer uma das chapas".

Robson Matos desvincula a anulação dos votos à contratação de um escritório de advocacia para acompanhar o processo eleitoral, e também nega que este serviço tenha onerado os cofres da Apubh desnecessariamente. "Caso tivéssemos utilizado os advogados da Apubh haveria a mesma despesa, pois esse tipo de serviço não está previsto no contrato. Em segundo lugar, essa não foi a primeira eleição que um advogado foi contratado".

O presidente da Apubh disse ainda que nos próximos dois anos, a diretoria se empenhará para realizar todas as propostas de campanha. "Serão anos importantes para consolidar ainda mais o Proifes, discutir nova forma de representação, buscar maior diálogo com o Governo, as lideranças políticas, a sociedade civil e a Administração Central da UFMG. Buscaremos também uma maior reintegração e aproximação com os professores, através de políticas culturais e sociais".

Jurídico

Universidade tem prazo para exigir devolução **de valores pag os a maior aos servidores**

Desde 1999, é de cinco anos o prazo legal para a administração universitária anular atos favoráveis aos servidores. No caso de pagamento de parcelas sucessivas, como remuneração e aposentadoria, a contagem se dá a partir do recebimento da primeira parcela indevida.

Assim, se houve recebimento de provento ou vantagem indevida por prazo superior a cinco anos, o ato administrativo, ainda que irregular, fica convalidado pela lei, agregando-se ao patrimônio jurídico do servidor, sendo insuprimível pela universidade, salvo comprovada má-fé do interessado.

Novas Ações Judiciais da **Apubh**

Adicional de Insalubridade e Periculosidade

A Lei 8.270/91 reduziu os adicionais de insalubridade, que eram quitados na proporção de 10%, 20% e 40 %, para 5%, 10% e 20 %. Quem recebia os adicionais antes de 1991 e continuou a recebê-los após a edição da lei, tem direito à manutenção das proporções originais. A cobrança será retroativa aos últimos cinco anos.

Adicional **noturno**

A Administração Federal calcula o adicional noturno ao dividir o vencimento por 240, equivalente a uma jornada de 48 horas semanais. Segundo a Lei 8.112/90, os servidores federais são obrigados a uma jornada semanal de 40 horas, com a aplicação do divisor de 200 para fins de determinação do adicional noturno, o que leva um aumento de 20% no valor da parcela, sendo possível a cobrança dos valores pagos a menor nos últimos cinco anos.

Apubh promove concurso **"Grande Sertão: Veredas"**

Como parte das comemorações dos 50 anos da publicação de "Grande Sertão Veredas", a Apubh promove concurso de ensaios sobre o livro.

Os ensaios podem versar sobre qualquer de seus aspectos e sob qualquer ângulo: literário, lingüístico, filosófico, sociológico, histórico, geográfico e até médico, pois há no livro muitas referências curiosas à medicina popular - esse é um aspecto ainda desconhecido da obra de Guimarães Rosa.

Normas

1. Os concorrentes devem ser professores da UFMG, ativos ou aposentados, sejam ou não associados a Apubh.

§.1. Os não associados deverão pagar taxa de inscrição de R$25,00.

§.2. Os membros da Diretoria Executiva e dos Departamentos da Apubh não poderão concorrer.

2. Os ensaios devem ser inéditos, com 20 a 25 páginas, excetuada a bibliografia, digitados em espaço dois, papel A4, fonte Times New Roman, tamanho 12.

3. Os trabalhos devem ser entregues na sede da Apubh, à rua Arthur Itabirano 70, bairro São José/Pampulha, Belo Horizonte, CEP 31.275-020, até 29 de setembro.

§.1. Os professores residentes fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte poderão enviar o ensaio por correio, com data de postagem até 29 de setembro.

4. Os ensaios devem ser identificados por pseudônimo, em três cópias, em envelope com os nomes do concurso e do ensaio, e o pseudônimo do autor.

5. Um disquete com o ensaio deve acompanhar as três cópias.

6. Dentro do envelope deve vir outro menor, fechado, com o nome do ensaio e um cartão com o nome do ensaio, o pseudônimo e o nome do autor, bem como o de sua unidade na UFMG.

7. Serão conferidos os prêmios:
Primeiro lugar: R$ 4.000,00
Segundo lugar: R$ 2.000,00
Terceiro lugar: R$ 1.000,00

Os ensaios que a comissão julgadora considerar bons serão publicados pela Apubh. As decisões da comissão julgadora serão irrecorríveis.

Encontro do Proifes

O Proifes realizará o seu II Encontro de 31 de julho a 3 de agosto, em Caldas Novas, Goiás. Para se credenciarem como delegados é importante que os colegas apresentem propostas pela página do Proifes - www.proifes.org.br. Os delegados serão escolhidos pelos professores em votação eletrônica de 2 a 15 de julho, com base nas propostas apresentadas.

Posse de titular não prejudica **direitos adquiridos**

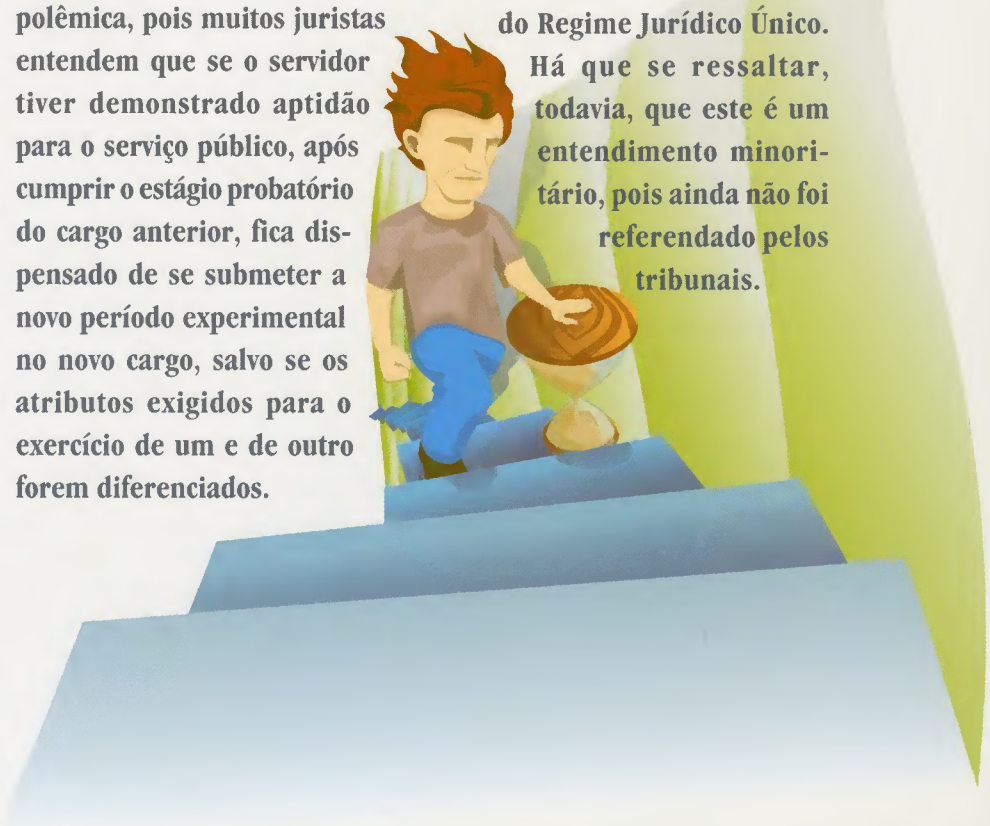
Justiça decide que docente confirmado no cargo de Titular manterá todos os seus direitos

O Superior Tribunal de Justiça entende que as vantagens pessoais permanentes já incorporadas ao patrimônio do servidor devem ser mantidas na hipótese da entrada em outro cargo efetivo, desde que o vínculo seja com a mesma pessoa jurídica de Direito Público e que não haja interrupção na prestação de serviço. Assim, os docentes aprovados em concurso para professor titular têm direito à manutenção das vantagens já adquiridas ao longo da relação estatutária, como, por exemplo, adicional por tempo de serviço, vantagem extinta em março de 1999, que continua sendo paga aos servidores que preencheram os requisitos legais para a sua percepção até aquela data.

O mesmo raciocínio vale em relação à aposentadoria. Embora o cargo de professor titular seja de provimento isolado, ele integra a carreira de docente do ensino superior, segundo inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Por isso, para o cumprimento das regras de aposentadoria no Serviço Público Federal, o docente que já trabalhou em uma Instituição Federal de Ensino pode aproveitar o tempo anterior para a observância da exigência alusiva à carreira, e ficar subordinado apenas à contagem de tempo no novo cargo - cinco anos, se pretender se aposentar como professor titular.

Além desses temas já pacificados nos tribunais superiores, muitos servidores recém investidos em outros cargos efetivos questionam a sua sujeição ao estágio probatório. A questão é polêmica, pois muitos juristas entendem que se o servidor tiver demonstrado aptidão para o serviço público, após cumprir o estágio probatório do cargo anterior, fica dispensado de se submeter a novo período experimental no novo cargo, salvo se os atributos exigidos para o exercício de um e de outro forem diferenciados.

É bem verdade que o Artigo 29 da Lei 8.112/90 indica a opção do legislador por exigir o período de experiência mesmo daqueles servidores que já tenham adquirido a estabilidade no outro cargo. Todavia, esta regra tem sido relativizada por alguns especialistas. Estes defendem que se as exigências de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade forem assemelhadas nos dois cargos, não haverá necessidade de novo estágio probatório. Assim, vale a regra do Artigo 41 da Constituição sobre as disposições do Regime Jurídico Único. Há que se ressaltar, todavia, que este é um entendimento minoritário, pois ainda não foi referendado pelos tribunais.



Cinqüenta anos de
Grande Sertão: Veredas

Ivana Versiani
Secretária de Cultura da Apubh

Em 1956 saíam as primeiras edições de Grande Sertão:Veredas e Corpo de Baile, de Guimarães Rosa. Corpo de Baile, coleção de sete novelas, tinha dois volumes. Na segunda edição, passou a um volume de letras pequenas e, depois, foi desdobrado em três livros com nomes diferentes: Noites do Sertão, Manuelzão e Miguilim, e No Urubuquaquá, no Pinhém. São belíssimas novelas, que, no entanto, ficaram à sombra do escândalo causado pela publicação de Grande Sertão: Veredas: um coro nacional de espanto e louvor. Não só de críticos e professores de literatura, mas de leitores comuns, inclusive com estudo apenas até o segundo grau, que se apaixonaram pelo livro.

É estranho que Grande Sertão: Veredas e Corpo de Baile tenham saído no mesmo ano. Há quem pense que Grande Sertão: Veredas tenha nascido como mais uma novela de Corpo de Baile, e que tenha adquirido vida própria, impondo-se inclusive ao próprio criador. Mas, se foi assim, a vida própria que ganhou foi de tal monta, que representou um corte na obra de Guimarães Rosa.

As novelas de Corpo de Baile são narrativas mais tradicionais, com os fatos organizados cronologicamente; em Grande Sertão: Veredas a cronologia se embaralha, de acordo com as associações de idéia do narrador Riobaldo. A técnica, a invenção e a linguagem são novas. É difícil admitir que tenha realmente nascido como uma novela de Corpo de Baile.

Se Guimarães Rosa fosse autor estreante, poderíamos pensar que tivesse vários textos na gaveta, e resolvesse publicá-los ao mesmo tempo. Mas essa idéia é absurda, porque Corpo de Baile é bom demais para ficar guardado. E há, sobretudo, o fato concreto de que Guimarães Rosa já era autor famoso, desde a publicação de Sagarana, dez anos antes. Em 2006, podemos festejar um triplo aniversário de décadas redondas: 50 anos de Grande Sertão: Veredas e de Corpo de Baile, e 60 de Sagarana.

Sagarana tem história acidentada, bastante conhecida. Sua primeira versão concorreu a concurso literário da Editora José Olympio e perdeu para um livro de Luís Jardim, Maria Perigosa, o que ocasionou uma briga entre Marques Rebelo e Graciliano Ramos, que votou contra Guimarães Rosa. Depois, ambos tentaram em vão encontrar o autor do livro que ganhara o segundo lugar, mas devia ser publicado. Entretanto, Guimarães Rosa, diplomata, tinha desaparecido do cenário brasileiro. Só alguns anos depois reapareceu, e, aconselhado pelos dois escritores, cortou de seu volume alguns contos, modificou outros e publicou-os por uma editora nova, a Universal, que, pouco depois da segunda edição de Sagarana, fechou as portas. A partir da terceira edição, o livro sai pela José Olympio, a mais prestigiosa editora da época. Fato que nem todos conhecem é que o livro teve a linguagem profundamente modificada, da primeira à sexta edição.

Grande Sertão: Veredas é uma enorme narrativa de Riobaldo a um visitante da cidade que faz "esbarrar" em sua casa alguns dias, contando-lhe sua trajetória de jagunço, e fazendo reflexões sobre a vida, o bem e o mal, a existência do demônio - com quem acredita, duvidando, ter feito um pacto; e sua conflitiva relação com o companheiro Diadorim. Ao contrário do que alguns podem pensar, não é de leitura difícil. À primeira vista, assusta um pouco, pela extensão. Mas o que é preciso é que o leitor se entregue, sem preconceito nem medo de neologismos. Que entre como num mergulho. Será uma aventura inesquecível, de crescente 'maravilhamento'.



Convênios

Serviço odontológico
Alexandra Cristina Aguilar e Letícia Clímaco Heineck – Rua Maranhão 99, sala 104, Santa Efigênia.

Mônica e Monique
Serviços gerais de salão de beleza
Avenida Presidente Carlos Luz 4055, Loja 16, bairro Ouro Preto; Avenida Cristiano Machado 4000, Loja 16 bairro São Paulo; Avenida Álvaro Celso 180 Loja 17; Rodovia BR-381 km 3000, loja 5ª, Jardim Riacho das Pedras, Contagem e rodovia MG 10,km 97, Serra do Cipó, Jaboticatubas. Descontos de 10 e 20%.